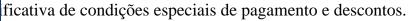


Layana Fabri: Recuperação judicial como forma de elisão fiscal

Com as mais recentes alterações legislativas, vê-se uma tendência crescente de as empresas que possuem um considerável passivo tributário se beneficiarem, e muito, ao utilizarem a ação de recuperação judicial

(RI) como uma alavança para a regularização dos seus débitos junto ao erário por meio de uma





Entre as inovações legislativas, está a Lei nº 14.112/2020,

que alterou a Lei de Recuperação Judicial e Falências, Lei nº 11.101/2005 e trouxe novos mecanismos a fim de possibilitar que a empresa recuperanda renegocie suas dívidas tributárias, reestruture as suas atividades e evite que o passivo volte a se acumular.

Para as empresas que possuem a maior parte da dívida na seara tributária, será possível incluir esses débitos já na tratativa inicial da ação recuperacional e definir, ao modo que melhor se adeque ao caixa da empresa, a forma de liquidar as obrigações fiscais, o que permite imediatamente uma economia tributária.

Antes das mudanças trazidas pela inclusão da Lei nº 14.112/2020 na Lei de Recuperação Judicial e Falências (LRF), o Poder Legislativo já havia regulamentado as condições de transação de acordo individual para os débitos junto a União, autarquias e fundações e abriu a possibilidade para as empresas em recuperação judicial parcelarem os débitos fiscais em até 84 meses, além de oferecer desconto de até 50% em alguns casos.

No entanto, com a entrada em vigor das mudanças proporcionadas pela LRF, restou estabelecido que as empresas em RJ poderão dividir seus débitos em até 120 vezes, bem como poderão obter até 70% de desconto sobre estes, autorizando que o parcelamento seja estendido ainda em até 145 meses para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Com o advento da Lei nº 14.112/2020, além das melhores condições de parcelamentos e descontos, passou a ser possível estabelecer inicialmente um percentual da dívida como entrada ou, até mesmo, parcelar essa entrada a depender do tipo do débito.

Existem diversas empresas que se encontram em uma situação na qual seus indicadores econômicofinanceiros evidenciam que possuem capacidade financeira para adimplir os débitos perante seus credores, mas que devido ao aumento relevante do seu passivo tributário estão caminhando para uma crise. O risco de administrar uma gama de execuções fiscais contra si pode resultar em um profundo

CONSULTOR JURÍDICO

www.conjur.com.br



prejuízo advindo de bloqueios bancários e de bens, além de descontos sobre o faturamento, que podem ocasionar a paralisação das suas atividades.

Nesse cenário, a recuperação judicial se mostra uma alternativa legalmente prevista para reduzir a dívida com a receita e impulsionar uma regularização orgânica da empresa a fim de evitar prejuízos e proteger o seu patrimônio. A regularização do passivo tributário permite conservar as atividades empresariais e sanar os perigos de ter de se socorrer a operações financeiras bancárias arriscadas, as quais nem sempre é simples honrar.

Enquanto a empresa devedora do Fisco ainda não possui um passivo expressivo nas demais classes de credores, o ajuizamento da ação recuperacional possibilita a implementação de medidas tranquilamente viáveis para sanear de forma amistosa a sociedade.

Em contrapartida às alterações legislativas mais vantajosas, a empresa em RJ precisará ter muita responsabilidade antes de aderir ao parcelamento, já que o descumprimento da transação tributária poderá ter repercussões e consequências muito danosas, tais quais a revogação dos benefícios, o retorno do débito ao valor original e, inclusive, a convolação em falência.

Negociar bem com o Fisco é parte do xadrez ao equalizar a dívida tributária. Caberá sobretudo ao advogado tributarista, em parceria com o advogado à frente do plano de RJ, jogar um pouco com o perfil da recuperanda e também com as possibilidades de transação a fim de não cair em armadilhas da Fazenda Pública e obter em seu favor as melhores condições e descontos para parcelar seus débitos com a maior facilidade e redução do montante inicial possível.

Meta Fields